

### **13. – ACEITAÇÃO DE DONATIVO POR PARTE DA EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA S.A.:**

Da **Sr<sup>a</sup>. Vereadora da Área do Desporto**, submetendo à consideração do Executivo, proposta de aceitação de donativo, no valor de 5.000,00€, oferecido pela empresa EDP Distribuição – Energia S.A., sendo o mesmo aceite ao abrigo do mecenato – alínea), número 1, do artigo 66º conjugado com o artº. 61 do DL nº. 215/89 de 1 de julho.



Exmo. Senhor Presidente,

Dr. Ricardo Rio,

Considerando que:

1. O evento "6.ª Corrida de S. João" é um projeto municipal, transversal, com a colaboração de várias unidades orgânicas que com os seus contributos permitiram a criação de um programa diversificado que vai realizar a 22 de junho 2019;
2. Com a organização da iniciativa em epígrafe são objetivos gerais do Município de Braga:
  - ♣ Criar uma programação diversificada no âmbito desportivo;
  - ♣ Estimular a população em geral;
  - ♣ Desenvolver o Desporto e promoção de hábitos de vida saudáveis;
  - ♣ Fomentar e explorar o conceito de desporto para todos;
  - ♣ Dar a conhecer ao público em geral o movimento desportivo.
3. Esta iniciativa irá trazer à nossa cidade um elevado impacto. Em função do interesse suscitado, a empresa EDP distribuição – Energia S.A., com o NIF 504394029, com sede em Rua Camilo Castelo Braga, n.º 43 – 6.º 1050-044 Lisboa, propôs um donativo no valor de 5.000,00€.

Assim, nos termos do estabelecido pela alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos do artigo 14 da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, propõe-se a aceitação do referido donativo, no valor de 5.000,00€, oferecido pela empresa EDP distribuição – Energia S.A., sendo o mesmo aceite ao abrigo do mecenato, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 66º conjugado com o artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua atual redação, que aprovou o Estatuto dos Benefícios Fiscais, por reconhecer que o mesmo vai ser concedido sem qualquer contrapartida que configure obrigação de carácter pecuniário ou comercial e que servirá o interesse público municipal.

Braga, 15 de maio de 2019

A Vereadora,

(Dr.ª Sameiro Araújo)

PROPOSTA n.º 16  
RC/2019